

Denunciados 138 da ALN

Uma denúncia que enfeixa 155 páginas, indiciando 138 pessoas da Aliança Libertadora Nacional — ALN, dentre as quais 11 padres dominicanos, foi ontem apresentada pelo promotor Durval Ayrton de Moura Araújo ao Juiz Nelson da Silva Machado Guimarães, da 2.ª Auditoria de Guerra, da 2.ª RM.

Os padres dominicanos denunciados são: Fernando de Brito, frei Fernando, João Antonio Caldas Valença, frei Maurício, Roberto Romano da Silva, frei Roberto, Yves do Amaral Lesbaupim, frei Ivo, Tito de Alencar Lima, frei Tito, Carlos Alberto Libanio Cristo, frei Beto, Francisco Augusto Carmil Catão, frei Bernardo Catão, Luiz Felipe Raton Mascarenhas, frei Raton, estes presos, e Osvaldo Augusto Rezende Junior, frei Osvaldo, Magno José Vilela, frei Magno, e Francisco Pereira de Araujo, frei Chico, foragidos.

A peça da promotoria, a maior até hoje apresentada nos Foruns do Brasil, está dividida em 4 tópicos. Demonstra a escalada do terror no País, a atividade delituosa dos dominicanos, as ações praticadas pela ALN em São Paulo e a atipificação da atividade delituosa dos dominicanos. A denúncia foi aceita pelo Conselho Permanente de Justiça daquela Vara Militar.

Em sua manifestação, depois de ter esclarecido estarem 11 dos acusados fora do País, banidos, demonstra especificamente o promotor "atividades delituosas dos dominicanos", dizendo:

"Em discurso proferido em 13 de setembro de 1968, S. S. o Papa Paulo VI exortava:

"Numerosos fiéis encontram-se em nossos dias perturbados pelas audácias e extravagâncias que atentam contra a sua Fé. A confusão doutrinária e moral tomam tal amplitude, que sua inquietação vai, muitas vezes, até a angústia. Como não sofreriam eles ante tantos erros e ante o avanço metódico e "organizado" da Grande Heresia".

O que se colhe dos presentes autos é o espetáculo desolador, sobre ser criminoso, da participação de clérigos e seminaristas da Ordem dos Dominicanos, principalmente, nas atividades delituosas da Aliança Libertadora Nacional.

Fundada no século XIII por S. Domingos de Gusmão, para lutar contra a heresia albigense, seita religiosa surgida no séc. XI, que pregava a existência de dois Criadores e negava a realidade da encarnação de Jesus Cristo, a Ordem dos Dominicanos vem através dos séculos se fazendo notar por seus pregadores, dela havendo feito parte vultos notáveis, como São Tomás de Aquino".

OS ANTI-CRISTO

"Contrariando, assim, os princípios imanentes à própria Ordem religiosa, os clérigos denunciados abraçam a filosofia de uma organização, que prega o anti-Cristo, nega as verdades sublimes do Evangelho, e desfralda a bandeira do terror e do sangue, passando assim a serem verdadeiros apóstatas.

Confessam e pretendem justificar-se que "a problemática social que se objetiva no desnível das diversas camadas da sociedade, fazendo com que certas camadas fiquem na mais absoluta miséria", os levou "a tomar uma atitude mais atuante e de que nada valiam as pregações, pois havia uma necessidade de mudar radicalmente a estrutura do regime" (fls. 1069, declarações de frei Fernando), condenando o regime capitalista em que nós vivemos.

Invocam, também, como motivo para adesão às hostes de Carlos Marighela, as leituras das encíclicas "Mater et Magistra", "Pacem in Terris", "Populorum Progressio", além dos documentos dos bispos do Brasil e da América Latina.

Ora, se é verdade que "a doutrina social da Igreja é clara em todos os seus aspectos; ela é obrigatória; ninguém pode dela se afastar sem perigo para a Fé e a Ordem Moral" (Pio XII, Ação Católica Italiana, 25-4-45), não menos certo que "o princípio que convém tornar saliente é que o homem deve tolerar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos se

elevem ao mesmo nível. Sem dúvida, é ao que aspiram os socialistas; mas contra a natureza, cujos esforços são baldados" (Rerum Novarum).

Os denunciados clérigos dominicanos se afastam da hierarquia eclesial, olvidando que a Igreja é uma sociedade de fiéis "governados" PELO NOSSO SANTO PADRE, O PAPA, E PELOS BISPOS; "e governar é manter a disciplina, pela observância dos mandamentos de Deus e da Igreja e pela docilidade aos decretos dos Concílios ou dos Pontífices". Por outro lado, crente membro da sociedade dos fiéis, "deve receber a verdade feita e submeter a ela seu espírito e a sua conduta, sob pena de entrar em rebelião contra o governo da Igreja". (M. gr E. L. Julien, Membro do Instituto de França).

REBELDIA

"Ao abraçarem a organização Carlos Marighela, cujo conteúdo é comunista, rebelaram-se os denunciados dominicanos contra as lições do Santo Padre, que proclamou: "Rejeitamos o comunismo como sistema social, em virtude da doutrina cristã". (PIO XII Quadragesimo Anno).

E, quanto à problemática social, a Igreja, que realmente não pode ficar de braços cruzados, ante as angústias do mundo atual, devendo certamente baixar os seus olhos piedosos para as misérias da comunidade, já proclamou que: "Não é na Revolução, mas na evolução harmoniosa que está a salvação e a Justiça" (PIO XII, 13-6-1943), condenando assim a violência e o terror. E é a própria Igreja que condena os falsos pregadores quando proclama:

"Não vos fiéis nas palavras enganosas dos artesãos de erros que se escondem no próprio seio e no coração da Igreja.

Apresentam-se como renovadores. Em falanges cerradas, investem contra o que há de mais sagrado na obra de Jesus Cristo. Nenhum ponto da Fé Católica fica ao abrigo de suas mãos". (Enc. Pascendi, PIO X, contra o modernismo).

Malgrado tais ensinamentos, os clérigos denunciados integraram-se na Aliança Libertadora Nacional, sob a chefia de Carlos Marighela, compondo a base de apoio ou de sustentação logística que, como já foi dito, tinha por escopo principal tarefas de caráter administrativo, tais como: obtenção de veículos para transporte de elementos da organização, locais para reuniões, recursos e meios para terroristas e subversivos, falsificação de documentos de identidade, bem como abrigar os elementos da organização visados e perseguidos pela Polícia, possibilitando-lhes fuga para o exterior e dificultando a ação da Justiça nas investigações pelos crimes que praticaram, usando, para isso, no exercício dessas atividades, inclusive o próprio automóvel do Convento".

COMO FOI

"Através das confissões prestadas pelos religiosos denunciados e outras investigações, pôde-se cronologicamente situar o efetivo ingresso dos membros na ALN.

Assim, em fins de 1967, iniciou frei Osvaldo Augusto Rezende Junior (frei Osvaldo) a arremetimento e aliciamento dos dominicanos que viviam no Convento Santo Alberto Magno, à rua Caiubi n.º 126, nas Perdizes, nesta Capital, embora já há algum tempo se dedicasse às atividades políticas de esquerda, como contatos que vinha mantendo com Carlos Marighela.

Em princípios de 1968, frei Osvaldo, juntamente com Francisco Augusto Carmil Catão (ex-frei Bernardo Catão), então Provincial da Ordem no Brasil, mantiveram encontro com o líder comunista Carlos Marighela, encontro esse que, inicialmente, seria no próprio Convento dos Dominicanos, mas que, ao depois, realizou-se, a pedido de Marighela, no apartamento n.º 404 da rua São Vicente de Paulo, 360, desta Capital, de propriedade do casal Antonio

Flavio Medici de Camargo e Maria Clara J. de Camargo, havendo frei Bernardo Catão sido conduzido àquele encontro pelo dr. Antonio Carlos Madeira (vulgo "Doutor"). Conforme declarações do denunciado Carlos Alberto Libanio Christo (frei Beto), que foi informado por frei Osvaldo, também presente à reunião, naquele encontro "havia feito um plano para desencadear a guerrilha rural na região central do Brasil através de estabelecimentos de núcleos que funcionariam em sucessão geométrica", bem como haver sugerido frei Bernardo Catão "que o Convento da Ordem em Conceição do Araguaia, no sul do Estado do Pará, serviria para homiar pessoas procuradas pela Polícia e integrantes do grupo subversivo terrorista". (fls. 1359).

PRIMEIRAS REUNIÕES

"Ainda em princípios de 1968 os denunciados religiosos do Convento dos Dominicanos realizaram algumas reuniões, a fim de debaterem assuntos relativos à problemática social e enquadrar suas ações na solução desses problemas. Foram analisadas diversas organizações políticas, sendo que, afinal, o denunciado frei Osvaldo analisou as duas mais atuantes, isto é, a Ação Popular e o Partido Comunista Brasileiro. Após uma longa análise dessas facções, sendo de um lado apontada a Ação Popular como tentando impingir aos seus adeptos uma visão marxista do mundo e, de outro, seria a de que "esses membros se reuniam para discutir documentos que traziam uma posição política transplantada da experiência maolista (linha chinesa), sem que se partisse da realidade e das necessidades brasileiras" (fls. 1090 v).

Criticaram também o Partido Comunista Brasileiro quanto ao seu burocratismo que contrariava também a necessidade brasileira, pois julgavam que necessitavam de uma forma mais rápida para a solução dos problemas julgados existentes. Outras críticas também eram feitas a este Partido, quer quanto ao seu dog

matismo doutrinário, quer quanto ao seu fracionamento nos diversos Estados do Brasil.

Ao final dos debates, o denunciado frei Osvaldo propôs aos dominicanos presentes a linha dissidente do PCB, chefiada por Carlos Marighela, "que era atuante e revolucionária". Resolveram, então, aqueles dominicanos, ingressar na Ala Marighela, que posteriormente passou a denominar-se Aliança Libertadora Nacional, manifestando assim de maneira inequívoca sua adesão aos freis Osvaldo Augusto Rezende Junior (frei Osvaldo), Carlos Alberto Libanio Christo (frei Beto), Fernando de Brito (frei Fernando), João Antonio Caldas Valença (frei Maurício), Tito de Alencar Lima (frei Tito), Luiz Felipe Raton Mascarenhas (frei Raton), Magno José Vilela (frei Magno), Yves do Amaral Lesbaupim (frei Ivo) e Francisco de Araujo (frei Chico).

As reuniões em questão dos referidos dominicanos eram realizadas no próprio Convento, nas Perdizes, com pleno conhecimento, na ocasião, do prior Edson Braga e do vice-prior Sergio Lobo "que sabiam da existência no Convento do grupo de debates dos dominicanos, que tratavam da cooperação desse grupo para a revolução brasileira". (fls. 1.132 — declarações frei Tito, corroborada por frei Ivo, fls. 1.129).

Outros foram os religiosos e leigos aliciados por esse grupo, como dentre eles frei Giorgio Callegari, Sival Iracarambi Leão e Roberto Romano da Silva (frei Roberto), conforme a denúncia descreve ao examinar a atividade de cada um dos denunciados".

A PRIMEIRA MISSÃO

"Deliberaram os dominicanos em questão que utilizariam o primeiro semestre de 1968 para a realização de reuniões e, a partir do segundo semestre, passariam a executar as tarefas que recebessem de Marighela, ao qual estavam diretamente subordinados, por intermédio de frei Osvaldo, os quais tinham como elementos de contato, ainda,

Paulo de Tarso Wenceslau e Joaquim Camara Ferreira.

Como primeira missão que lhes foi confiada por Carlos Marighela, em julho de 1968, fizeram um levantamento da estrada Belém-Brasília, com o objetivo de esta belecer para a organização locais das guerrilhas, tarefa essa que foi objeto das conversações de frei Osvaldo e de frei Bernardo Catão na reunião com Marighela referida anteriormente.

Para esse trabalho Carlos Marighela deu-lhes a importância de Cr\$ 3.000,00 e após realizado o trabalho recebeu o relatório dos levantamentos e observações, das mãos de frei Osvaldo.

Participaram desse trabalho os freis Osvaldo, Ivo, Fernando, Raton e Tito, o seminarista Nestor da Mota e o estudante Hélio Garcia, amigo de Nestor, o qual teve a duração de cerca de 20 dias, combinando que, afinal, se encontrariam na cidade de Goiânia.

Dividiram-se em três grupos: o primeiro, formado por frei Fernando, Nestor e Hélio, fez o levantamento de Gurupi, Pedro Afonso, Itacajá, Piaca, Carolina, Balsas e Riachão; o segundo, formado por frei Osvaldo e frei Ivo, partiu de Itacajá em direção ao Rio Vermelho; e, o terceiro, formado por frei Raton e frei Tito, seguiu em direção ao Norte de Goiás, onde se localiza Tocantinópolis e Araguaínas.

Os levantamentos em questão consistiam em verificar em cada cidade a produção da indústria, o comércio, localização e número de agências bancárias, população, campos de aviação, linhas regulares de avião, táxis aéreos, localização de eventuais usinas hidrelétricas, estradas de rodagem de acesso, saídas das cidades, bem como "áreas de atrito (patrões e operários)" (fls. 1.091).

Todos os relatórios foram entregues a frei Osvaldo, que os reuniu e os entregou a Marighela, sendo que Nestor Mota, em julho de 1969, retornou àquela região, a fim de complementar os levantamentos feitos".